

A democracia «maningue nice»

Publicação: [O Mundo em Português Nº57](#)

Data de Publicação: Novembro/Dezembro de 2004

Autor: Luís Carlos Patraquim

«As pessoas, em todo o lado, querem decidir o seu destino. O tipo de democracia que elas escolhem não tem de seguir um modelo particular.» PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2002

Nos dois primeiros dias de Dezembro realizam-se eleições para a Presidência da República e para o Parlamento. A campanha eleitoral decorre neste momento, com Joaquim Chissano a retirar-se depois da peregrinação pelas mais diversas capitais africanas e europeias e das viagens de despedida pelas capitais provinciais, no ritual diplomático e protocolar que todo o adeus impõe. Chissano anunciara, atempadamente, a sua não recandidatura a um terceiro mandato, possibilidade que a Constituição lhe conferia. O gesto foi saudado pelos observadores, na linha do que já acontecera com Julius Nyerere, da Tanzânia, e com Nelson Mandela. Cumpre-se um percurso de dezoito anos a ocupar a mais alta magistratura, com uma primeira designação para o cargo, decorrente da lógica do partido único, para suceder a Samora Machel, em 1986, e dois mandatos conquistados nas urnas, em 1994 e 1999. Será ainda cedo para se falar, com profundidade e em toda a sua amplitude, no legado que o veterano combatente nacionalista deixa nesta segunda República, que ele funda em circunstâncias dramáticas e cujas atribulações aí estão para gula e /ou honesto estudo dos mais variados especialistas.

A imagem de Moçambique no exterior é a de um Estado «normal», não obstante as tradicionais desigualdades e carências comuns à África Subsariana. Apesar dos índices e das análises constantes dos relatórios anuais do PNUD sobre o desenvolvimento humano – onde a sua posição se situa invariavelmente nos derradeiros lugares da escala – a verdade é que catorze anos de paz ajudaram a construir uma imagem, quase slogan, do país «maningue nice». As cheias bíblicas de 2000 trouxeram o território para a actualidade internacional, na sua dimensão apocalíptica, tão do agrado das agendas televisivas, mas a verdade é que o material noticioso que se vem produzindo enfatiza, sobretudo, os números de dois dígitos que têm caracterizado a sua taxa de crescimento.

Melhor, só na China... A verdade é que o receituário do FMI/Banco Mundial encontrou no governo da Frelimo um dos seus melhores alunos. Às escâncaras, sucederam-se os mega investimentos, de que a produção de alumínio da Mozal, na região de Boane, província de Maputo, é o exemplo mais sonante. Gozando de generosos benefícios fiscais e outros, ninguém terá reparado que, para além da mão-de-obra local, nem sequer o colossal consumo de energia provém de fontes indígenas. Mas isso são pormenores. O gás de Pande e a mais recente e discretíssima exploração das areias pesadas do Chibuto, também a Sul, compõem o quadro, a que se deve acrescentar a privatização e reabilitação de portos e linhas de caminho de ferro, em Maputo, na Beira e em Nacala, província nortenha de Nampula.

Cahora-Bassa «teima» na sua saga de indefinições e de potencialidades adiadas, tanto para a política energética como para a rendibilização plena da vasta e estratégica bacia do Zambeze. Ainda recentemente um segmento mais delirantemente afoito, ou inconsequente, da opinião publicada moçambicana bradava pela nacionalização do famoso «elefante branco» face ao interminável historial de negociações com o governo português, que acusava de adoptar uma atitude de eterno recomeço dos dossiers. Apesar da inflação controlada e do alijamento faseado dos custos do serviço da dívida – quando não do seu perdão – o preço do receituário do Programa de Reajustamento Económico (PRE) saldou-se na total derrocada da produção e do processamento do caju, dos têxteis e outros sectores tradicionais do frágil tecido produtivo nacional. O quadro é aqui intencionalmente resumido e aflora só algumas das linhas mais gerais de uma realidade complexa, cuja análise deve ter em linha de conta tanto a dimensão antropológica como a sociológica, a economia e a política, a geopolítica regional e global, a história e a actual conjuntura pós-colonial em que o país se insere.

Num estudo recente, *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana – Caracterização e Consequências*, Emmanuel Moreira Carneiro põe o dedo na ferida para tentar compreender a permanente marginalidade a que o continente está votado, bem como o seu crescente empobrecimento e conflitualidade étnico-religiosa e permanentes actos bélicos inter ou intra Estados. O autor acentua a condição «rendeira» que caracteriza a maioria das economias africanas, que tudo condiciona, privilegiando as exportações, impossibilitando um valor acrescentado endógeno e onde parece ocorrer uma estranha e perigosa «afinidade electiva» com um modo de ser e de fazer tradicionais. Por dentro deste paradigma a constituição de burguesias nacionais será pura ilusão e as classes médias uma miragem.

À espera de Godot

Deixemos o pleito: Frelimo e Armando Guebuza, de um lado; Renamo/União Eleitoral (coligação de 24 formações políticas) e Afonso Dhlakama, do outro. Raul Domingos, o «trânsfuga» do partido da perdiz e o controverso Carlos Reis, da Unamo, mais o «folclórico» líder do Partido Islâmico de Moçambique, lideram os respectivos grupos e são os candidatos presidenciais. Sabe-se que tudo se decidirá no binómio Guebuza/Dhlakama e respectivos partidos, tanto para a Presidência como para o Parlamento. Observadores têm acentuado a fragmentação das organizações partidárias e chamado a atenção para a crescente abstenção, de que as recentes eleições autárquicas foram prova, com a Renamo a conseguir o governo de quatro cidades e a desfraldar a bandeira da vitória no seu feudo da Beira. Alheemo-nos, se tal é possível, das recorrentes polémicas em torno de hipotéticas irregularidades ou armadilhadas fraudes e de toda a via tortuosa e adstritas polémicas em torno da Comissão Nacional de Eleições. Ou da mais recente controvérsia sobre a presença de observadores da União Europeia que a Frelimo diz prescindir, ao menos em determinados lugares. Fixemo-nos, tagarelando na berma da árida e poeirenta estrada por onde se espera que o Godot democrático possa surgir, sobre o que o «modo de produção democrático» moçambicano poderá propiciar. Ou que pregnância utópica de desejo soçobrará por sobre as lâminas aguçadas da realidade.

A não confirmar-se a pura alternância – quadro previsível e quiçá estranho para aquela que é uma das condições sine qua non do exercício democrático – almeja-se ao menos um mudar de sinal tendente a uma moralização e melhor transparência na administração da coisa pública. Com o mérito histórico de ter assinado a paz e de ter propiciado uma maior abertura à sociedade moçambicana, a marca de Joaquim Chissano está por demais impregnada de acontecias familiares, clânicas, negocieiras até ao óbvio mais rasteiro e até pobrete. Isto para consumo interno. Tudo com suspeitosas ligações, Frelimo incluída, a orientes de ocasião. Escândalos judiciais, assassinatos vários, um certo gangsterismo foram a via sacra do país, sobretudo nas principais cidades.

De Guebuza espera-se uma espécie de aura algo samoriana que, não sendo a redenção de todos os males e da extensa inoculação viral de uma corrupção gritante, restitua ao Estado e às suas instituições uma imagem de mais eficácia e de dignidade que lhe tem faltado. De Dhlakama, não obstante o que a história manda dizer sobre a génese do MNR, é inútil não reconhecer-lhe também o mérito de ter assinado a paz – apesar de ter sido o principal fautor, a mando, da sangrenta guerra civil que durante dezasseis

anos assolou o país. Mas sabe a opinião pública dos seus desmandos e inabilidades no exercício da oposição, do vago ou nenhum programa da formação que lidera e da tardia e difícil reconversão da Renamo a normal partido político. Do cansaço dos seus militantes, das desafecções múltiplas que sofreu e da pouca democraticidade interna, saberá o seu próprio líder, que joga nestas eleições o seu futuro político. Há delfins que se auto-apresentam no horizonte.

À boa maneira, o povo fará festa. Mas o povo desespera e desacredita-se das promessas que nunca se cumpriram. Condição da sustentabilidade desta aventura de catorze anos, eivada de múltiplas decepções e carências gritantes, é a resoluta atitude popular de não mais querer outro conflito armado. O que sabiamente soube calar, não esquecendo, mas lambendo as feridas numa ritualização grupal sui generis, muito dificilmente embarcará em jacqueries de ocasião. Um leve mas resistente tecido identitário vem cobrindo e religando os sonhos, as aspirações, ainda que coarctadas muitas delas.

Ao cabo e ao resto, passem todos os acidentes de percurso, o exercício deste particular modo de produção democrático acaba por sedimentar uma cidadania que, embora incipiente, vem possibilitando linguagens plurais, iniciativas locais, possibilidades que urge aprofundar. E, mal ou bem, há uma prospectiva: a agenda 25, o NEPAD – para além de todas as críticas que se lhe possam fazer – uma ainda difícil e contraditória integração regional, no quadro da SADC, cujos constrangimentos urge ultrapassar. A viagem não tem sido triunfal. Todos os perigos espreitam. Mas que se perceba que é imperioso cortar com a «democracia placebo» e se trabalhe para o que alguns chamam a invenção de um novo paradigma democrático.